

...continuação

A premissa na data da concessão para a saída de empregados antes da aquisição do direito (vesting) é entre 5% e 10% para os prêmios, com condições de desempenho e 20% para os prêmios não atrelados ao desempenho. As condições de desempenho são:

Plano	Condições para aquisição do direito	Resultado assumido na data da outorga
Plano de Co-Investimento	50% - Desempenho do lucro de referência do Grupo Experian avaliado em relação a metas específicas. A data de outorga para esse plano é o início do exercício no qual o desempenho é avaliado.	Lucro de referência - 82% a 100%
Plano de Desempenho das Ações	50% - Fluxo de caixa operacional acumulado do Grupo Experian.	Fluxo de caixa operacional - 100%
Plano de Ações Restritas	75% - Desempenho do lucro de referência do Grupo Experian avaliado em relação a metas específicas.	Lucro de referência - 82% a 100%
	25% - Percentual de distribuição determinado na classificação Retorno Total ao Acionista (RTA) relativo ao grupo de comparação.	RTA - variando de 45% a 52%

Sem condições de desempenho atreladas a esse plano.

(I) Informações sobre a outorga de ações e técnicas de valorização - A outorga das ações é valorizada pelo preço de mercado da data da outorga sem modificações feitas por distribuição de dividendos ou outros fatores já que os participantes são elegíveis as distribuições de dividendos dos prêmios outorgados. Condições de desempenho baseado no mercado são consideradas na mensuração do valor justo na data da outorga e não são revisados pelo desempenho realizado.

(II) Saldos por plano e vencimento

	Valor em 31 de março de 2018	Valor em 31 de março de 2017
Plano de Co-Investimento	5.254	3.267
Plano de Desempenho das Ações	4.372	3.257
Plano de Ações Restritas	12.382	11.558
	22.008	18.082
Vencimento	Valor em 31 de março de 2018	Valor em 31 de março de 2017
Exercício 2017	-	8.239
Exercício 2018	3.974	6.490
Exercício 2019	6.650	3.353
Exercício 2020	7.385	-
Exercício 2021	3.999	-
	22.008	18.082

d. Reserva legal - É constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do capital social, o que de fato já atingiu há alguns anos. O Conselho de Administração deliberou, durante a Assembleia Geral, a capitalização da totalidade da reserva legal.

e. Dividendos adicionais propostos - Em 31 de março de 2017, os lucros acumulados remanescentes após as destinações previstas na Lei nº 6.404/76, bem como constantes do Estatuto Social da Companhia, incluindo o que se referir aos dividendos mínimos obrigatórios, totalizaram R\$ 67.937. Desse montante foram aprovados pelo Conselho de Administração em 18 de maio de 2017 e pela assembleia geral ordinária em 26 de julho de 2017 o pagamento de R\$ 67.937 como dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. Durante o exercício findo em 31 de março de 2018, foram aprovados pelo Conselho de Administração e pagos dividendos e juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 347.254 (R\$ 39.959 de juros sobre o capital próprio e R\$ 307.295 de dividendos). Em 31 de março de 2018, a Companhia propôs a destinação de R\$ 52.902 para a conta de dividendos adicionais propostos ao mínimo obrigatório, por terem sido propostos após o encerramento do exercício. Nos termos do Estatuto Social, em cada exercício, aos titulares de ações é atribuído um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na assembleia geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	470.084	450.601
Restrição do ajuste de avaliação patrimonial	1.035	75
Base de cálculo dos dividendos	471.119	450.676
Dividendos aprovados antes do final do exercício	364.635	328.631
Dividendos propostos após o final do exercício	52.902	62.986
Juros sobre o capital próprio aprovados antes do final do exercício	53.582	54.108
Juros sobre o capital próprio propostos após o final do exercício	471.119	450.676
Remuneração total dos acionistas com base no lucro do exercício	100	100
Remuneração total dos acionistas no fim do exercício por ação do capital social - R\$	126,28	121,05

Conselho de Administração: Kerry Lee Williams - Presidente
Diretoria: José Luiz Teixeira Rossi - Presidente
Valdemir Bertolo - Vice-Presidente
Darryl Scott Gibson - Vice-Presidente
Anthony David Reeves - Diretor
Sergio Souza Fernandes Junior - Diretor

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Aos Conselheiros e Diretores da Serasa S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Serasa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serasa S.A. em 31 de março de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas auditorias independentes, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência

f. Ajuste de avaliação patrimonial - A Companhia optou por avaliar o seu ativo imobilizado pelo custo atribuído, como facultada a Instrução Normativa RFB nº 1.357/2016, "Esclarecimentos sobre os CPCs 27 e 28, do Comitê de Pronormativos Contábeis", aprovada pela Deliberação CIM no 019/09 e Resolução CFC no 1.263/09. Para tanto, baseou-se em laudo de avaliação que recalcou os valores dos custos históricos de terrenos, edificações, móveis e utensílios e equipamentos de computação. Os saldos iniciais de tais itens foram mensurados ao custo atribuído na data de 1º de abril de 2009. O ajuste inicial de adoção da nova norma foi escriturado na conta ajuste de avaliação patrimonial, o qual será realizado contra lucros acumulados à medida que os ativos foram sendo consumidos, quer seja por depreciação ou baixa por alienação ou perda. **19 Recelita:** A reconciliação das vendas brutas para a recelita líquida é como segue:

	2018	2017
Receita bruta de serviços	2.404.177	2.460.268
Descontos	(91.929)	(65.901)
Tributos sobre serviços	(239.886)	(264.692)
Receita com partes relacionadas (nota 10)	9.905	12.008
Receita líquida de serviços	2.282.261	2.141.683

20 Programas sociais: a. Benefício de previdência privada multicorporativa - A Companhia oferece a seus empregados planos de previdência na modalidade de contribuição definida. Está subsidiada duas instituições para administrar o plano: a Bradesco Vida e Previdência S.A. e a Itaú Unibanco Vida e Previdência S.A. Nos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017, a Companhia efetuou contribuições de R\$ 6.362 e R\$ 5.534, respectivamente, para custeio do plano, que estão incluídos nas rubricas de custos dos serviços prestados, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e custo da base de dados. **b. Benefícios de assistência médico-hospitalar e outros** - A Companhia oferece compulsoriamente plano de assistência médico-hospitalar e odontológica a todos os seus profissionais e familiares (cônjuge, filhos(s), companheiro(a) e enteado(s)) devidamente comprovados por documentos obrigatórios, estando vinculados à Companhia. Após o desligamento, o profissional pode optar por permanecer vinculado ao(s) plano(s) que possuía enquanto funcionário, pagando 100% do custo do(s) plano(s) por um período determinado (ou indeterminado, em caso de aposentados do INSS), conforme previsto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e todas suas alterações, e as resoluções CNSU nº 20 e 21 e suas alterações. Nos exercícios findos em 31 de março de 2018 e 31 de março de 2017, a Companhia efetuou contribuições de R\$ 30.346 e R\$ 33.231, respectivamente, incluindo nas rubricas de despesas com vendas, despesas gerais e administrativas e base de dados. **21 Instrumentos financeiros: Estrutura de gerenciamento de risco** - As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. A Companhia possui exposição básica dos riscos: **Estrutura de gerenciamento de risco** - A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia de valor justo:

31 de março de 2018	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo		Outros passivos financeiros		Valor justo	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Em milhares de Reais						
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	88.963	-	88.963	-	88.963
Contas a receber de clientes	6	467.414	-	467.414	-	467.414
	11	556.377	-	556.377	-	556.377
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo						
Fornecedores	13	-	139.583	139.583	-	139.583
Contas a pagar	10	-	51.557	51.557	-	51.557
	23	-	191.140	191.140	-	191.140

a. Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A Companhia realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha, e autorizadas pela tesouraria do grupo Experian com objetivo de minimizar riscos de crédito. A política de vendas da Companhia está subordinada à política de crédito fluída por sua administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (purtização de risco).

Exposição a riscos de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/03/2018	31/03/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	88.963
Contas a receber de clientes	6	467.414
	11	556.377

A política de vendas da Companhia está associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por clientes e o apoio de soluções de risco de crédito são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Em relação aos investimentos em CDBs, existem bancos pré-aprovados com os quais a Companhia pode negociar CDBs. Tais bancos possuem uma classificação de risco (rating) local mínima - aprovada em comitê de tesouraria - para serem elegíveis a aplicações com CDBs, sendo estas classificações de risco locais calculadas por agências de classificação de risco independentes e atalantes no mercado brasileiro. Periodicamente, esses ratings são revisados com o objetivo de monitorar se o grupo de bancos com os quais a Companhia opera tiveram suas classificações de risco modificadas. Os fundos investidos possuem, em sua carteira, principalmente, títulos públicos federais que possuem risco de crédito soberano e títulos de dívida privada, os quais são analisados pelos departamentos de análise de crédito dos gestores de investimentos e também CDBs. A Companhia não busca ativamente se expor a ativos que se comportem em apenas uma única direção (valorização ou desvalorização), dada a mudança em algum componente de risco de mercado. A Companhia acredita que o seu patrimônio líquido está protegido contra os principais riscos de mercado, especialmente devido à diversificação dos tipos de ativos que compõem os seus investimentos e os seus fundos investidos. Tal diversificação em classes de ativos, muitas vezes dentro de um mesmo fundo investido, faz com que uma eventual valorização financeira de um ativo possa ser neutralizada por uma desvalorização de outro ativo. **b. Risco de liquidez** - É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo departamento de finanças. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por falhas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Em 31 de março de 2018	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Fornecedores	139.583	129.568	7.024	2.991
Emprestimos	838.659	38.659	-	800.000
	978.242	168.227	7.024	802.991

Em 31 de março de 2017

Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	
Fornecedores	126.312	119.697	777	5.838
Emprestimos	876.850	42.927	33.923	800.000
	1.003.162	162.624	34.700	805.838

Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo. Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2018 e 2017 podem ser assim resumidos:

	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 14) (*)	838.659	876.850
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(88.963)	(54.800)
Divida líquida	749.696	822.050
Total do patrimônio líquido	887.343	899.487
Total do capital	1.637.039	1.721.537
Índice de alavancagem financeira - %	46	48

(*) 100% dos empréstimos foram obtidos com partes relacionadas. O principal objetivo do uso de instrumentos financeiros é preservar o capital da Companhia, sendo a rentabilidade um efeito secundário decorrente de escolhas feitas primariamente observando-se a segurança e posteriormente a rentabilidade. Os investimentos da Companhia são confrontados, principalmente, com a rentabilidade dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). São estabelecidas rentabilidades máximas e mínimas dos instrumentos financeiros que são monitoradas por um comitê de tesouraria corporativa do grupo Experian. **c. Derivativos** - Por política interna, a Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos.

22 Outras (despesas)/receitas operacionais

	2018	2017
Recuperação de despesas serviços compartilhados	24.487	25.868
Donativos e contribuições	(12.214)	(271)
Despesas - partes relacionadas (nota 10)	(2.585)	(1.949)
Outros	1.706	465
	22.394	24.093

23 Despesas por natureza

	2018	2017
Gastos com pessoal	(532.800)	(495.656)
Propaganda e terceiros	(125.577)	(119.152)
Correspondências	(335.713)	(250.274)
Depreciação e amortização	(252.986)	(227.575)
Manutenção	(115.517)	(95.736)
Comissões a terceiros e outros dispendios de vendas	(25.181)	(37.125)
Água, esgoto, energia, condomínio e IPTU	(8.916)	(10.007)
Provisão para perdas com clientes	(18.839)	20.132
Propaganda e publicidade	(21.427)	(18.290)
Comunicação	(4.011)	(13.848)
Jurídicas	(9.426)	(21.504)
Transporte e viagens	78.576	(12.679)
Aluguéis	(9.868)	(8.726)
Eventos	(23.713)	(10.502)
Despesas partes relacionadas (nota 10)	(103.824)	(49.593)
Outros	(18.573)	(18.583)
	(1.524.801)	(1.409.018)
Custo dos serviços prestados	(769.118)	(688.952)
Despesas com vendas	(170.485)	(188.872)
Despesas gerais e administrativas	(584.538)	(531.194)
	(1.524.801)	(1.409.018)

24 Resultado Financeiro

	2018	2017
Despesas financeiras	(266)	(560)
Variações cambiais passivas	(1.440)	(1.553)
Juros - partes relacionadas (nota 10)	(110.726)	(136.321)
Outros	(14.842)	(7.365)
	(172.274)	(145.799)

Recelitas financeiras

	2018	2017
Rendimento sobre aplicação financeira	7.554	32.043
Variações cambiais ativas	15.507	1.470
Receita partes relacionadas (nota 10)	1.720	285
Juros	1.481	1.809
Outros	50	82
	26.512	36.689

Resultado financeiro (101.862) (109.110)

25 Seguros: A administração pratica política de cobertura de seguros com o objetivo de reduzir riscos de perdas, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de março de 2018, a Companhia tinha as seguintes práticas aplicáveis de seguro contratadas com terceiros:

Importâncias seguradas	
Responsabilidade civil	326.267
Incêndio de bens do imobilizado	54.272

26 Eventos subsequentes: Em 3 de abril de 2017, a Experian anunciou a venda de 75% de participação do negócio de Email/Cross-Channel Marketing (CCM) para a Vector Capital. A Experian irá manter 25% de participação no negócio, contudo, não estará mais envolvida no dia a dia da gestão e operação. No Brasil a operação de venda desta linha de negócio está prevista para ser concluída em Agosto de 2018 quando a Vector contará com a sua entidade legal no país. Em 31 de março de 2018 a Cross-Channel Marketing (CCM) possuía a seguinte posição patrimonial financeira:

	2018
Total ativos	8.823
Total passivos e patrimônio líquido	(8.261)
Resultado do período	562

Ana Paula da Silva Ferraro - CRC nº 1SP196338/0-0

São Paulo, 06 de Junho de 2018.
KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/0-6
Sebastian Yoshizato Soares - Contador CRC 1SP257710/0-4

Brasil perdeu mais de 430 mil empregos na construção entre 2015 e 2016

A crise econômica que atingiu o país nos últimos anos levou a indústria da construção a perder 432 mil empregos formais entre 2015 e 2016, uma retração de 19% que se deu em todos os segmentos, principalmente na infraestrutura, onde o recuo foi de 15%

Nielmar de Oliveira/Agência Brasil

Os dados são do IBGE, que divulgou ontem (7), no Rio de Janeiro, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2016 (Paic). O estudo indica que, naquele ano, a atividade da construção somou R\$ 318,7 bilhões em incorporações, obras e serviços da construção.

O valor das obras e serviços da construção atingiu R\$ 299,1 bilhões, sendo que 31,5% provenientes de obras contratadas por entidades públicas (R\$ 94,1 bilhões) e o restante por pessoas físicas e/ou entidades privadas. As empresas ativas da indústria da construção com mais de uma pessoa ocupada totalizaram 127 mil, ocupando cerca de dois milhões de pessoas em 2016. O gasto com salários, retiradas e outras remunerações atingiu R\$ 58,5 bilhões e o salário médio mensal pago na atividade foi de R\$ 2.235,2.

Para o gerente da pesquisa, José Carlos Guabyraba, em 2016, "vários setores reduziram muito as suas atividades e o que mais sofreu foi o de infraestrutura com menor aporte e redução drástica de investimentos, principalmente do estado, que parou ou diminuiu os investimentos principalmente nas usinas, rodovias e ferrovias, o que vinha sendo mantido pelos governos anteriores a 2016".

"Foi um fenômeno que atingiu todos os níveis de empresas com cinco ou mais empregados ou com menos de cinco, com a média de redução entre elas registrando uma recuo de 15%". Ainda assim, em 2016, a atividade de obras de infraestrutura foi a que anotou a maior média de pessoal ocupado por empresa (45) e o maior salário médio (3,3 salários mínimos mensais), ambos acima da média do total da indústria da construção.

O IBGE destaca que, entre os produtos e/ou serviços oferecidos pelas empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas, as obras residenciais foram as que mais ganharam participação no ranking, passando da quinta posição (15,1%) em 2007

para a primeira (26,7%), em 2016. A construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais, que representava a primeira colocação em 2007 (21,4%), caiu para a segunda posição 18,4% em 2016. Importante fonte de dados setoriais para compreender o segmento empresarial da atividade da construção no país, a Paic é realizada pelo IBGE desde 1990. As informações são indispensáveis para a análise e o planejamento econômico de empresas do setor privado e dos diferentes níveis de governo.

Obras de infraestrutura

- Praticamente no auge da crise econômica do país, refletida na queda do PIB, foi o setor de infraestrutura, altamente dependente de investimentos públicos, o que mais sofreu com a falta de recursos e a suspensão de investimentos importantes para o setor. Os dados da pesquisa indicam que, entre 2007 e 2016, houve uma queda da participação das obras de infraestrutura, que passaram de 45,6% em 2007 para 29,5% no valor adicionado desse setor, enquanto crescia a participação da construção de edifícios (de 39,7% para 45,9%) e dos serviços especializados (de 19% para 24,6%).

"Pode-se observar, por exemplo, que mesmo em relação às usinas do Norte do país [vitas para o abastecimento de energia] a construção das unidades caiu porque houve redução de investimentos, então, repito, a infraestrutura foi a que mais sentiu o baque", disse o gerente do levantamento. "Na realidade não houve o fim das obras no Norte do país, conclui-se só uma: Belo Monte. E as outras [tiveram] seus investimentos diminuídos. Então, houve uma desaceleração das obras em decorrência da crise econômica, que é mundial, mas que afetou mais o Brasil, que tem a sua economia muito atrelada ao exterior", explicou.

Gastos com pessoal - Outra constatação da pesquisa é a que indica que o principal item de custos e despesas da atividade de construção em 2007, assim como já era em 2016, foi o referente aos gastos de pessoal, que passaram de 29,1% para 32,4% dos custos do setor, entre um período e outro, uma vez que o consumo de materiais de construção teve queda de 26% para 22,6%. Mesmo sendo o segmento que, em termos reais, foi o principal item de custos e despesas do setor de construção, a massa



As empresas ativas da indústria da construção com mais de uma pessoa ocupada totalizaram 127 mil, ocupando cerca de dois milhões de pessoas em 2016.

salarial paga ao pessoal empregado registrou queda de 21% entre 2007 e 2016.

"E isso se deu em razão do desemprego, que impactou na redução da massa salarial paga ao total das pessoas empregadas", disse Guabyraba. O consumo de materiais de construção, que chegou a 26% no início do período, caiu para 22,6% em 2016. Por sua vez, as obras e/ou serviços contratados a terceiros também figuraram entre os principais custos e despesas da atividade de construção, apesar da diminuição na parcela do total, passando de 10,5% em 2007 para 9,5%, em 2016.

Entre os produtos e/ou serviços oferecidos pelas empresas com 30 ou mais pessoas ocupadas, as obras residenciais foram as que mais ganharam participação no ranking, passando da quinta posição (15,1%) em 2007 para a primeira (26,7%), em 2016. A construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais, que representavam a primeira colocação em 2007 (21,4%), caiu para a segunda posição (18,4%) em 2016.

Estrutura da indústria por região - Quando analisada regionalmente, os números mostram que o Sudeste, apesar de ter perdido participação para as demais regiões, permaneceu como o principal representante, tanto em 2007 como em 2016, em relação ao número de pessoas ocupadas e ao valor das incorporações, obras e/ou serviços da construção, dentre as grandes regiões do Brasil. O Sudeste participou com 52,4% no total de pessoal ocupado em 2007, diminuindo para 48% em 2016. Em relação ao valor das incorporações, obras e/ou serviços da construção, a mesma região detinha 56,2% no início do período analisado, passando para 51,1% no final.

Foi a Região Sul, no entanto, que apresentou o maior crescimento da representatividade entre 2007 e 2016, no número de pessoal ocupado, ganhando 3,3 pontos percentuais. Quanto ao valor das incorporações, obras e serviços da construção a região cresceu 3,1 pontos percentuais.

Já a Região Nordeste teve aumento de participação de 2007 para 2016, tanto no pessoal ocupado como no valor das incorporações, obras e/ou serviços da construção, ao passar de 19,5% para 21,4% e de 15,7% para 19,2%, respectivamente. As Regiões Centro-Oeste e Norte permaneceram com a quarta e quinta representação em ambas as variáveis analisadas, tanto em 2007 quanto em 2017.



O setor de infraestrutura, altamente dependente de investimentos públicos, foi o que mais sofreu com a falta de recursos e a suspensão de investimentos importantes para o setor.